

---

# Dialética e Linguagem Natural. Teorias da Vaguidade<sup>1</sup>

Dialectic and Natural Language. Theories of Vagueness

Michela Bordignon<sup>2</sup>

**Resumo:** No contexto da atualização contemporânea do pensamento hegeliano, diversas interpretações semânticas de dialética têm sido desenvolvidas. Estas leituras concebem a dialética como um processo de redefinição crítica do significado indeterminado das determinações conceituais incorporadas na linguagem natural. Nessas leituras semânticas, indeterminação é muitas vezes relacionada com a noção de vaguidade. Em meu artigo, vou mostrar que esta abordagem interpretativa não é consistente com o texto de Hegel. Primeiramente, irei lançar luz sobre a relação entre dialética e linguagem natural e, em seguida, explicarei por que o conceito de vaguidade não é efetivo, a fim de apreender a falha de determinação afetando a determinação do entendimento na dialética de Hegel. Finalmente, mostrarei que as ambiguidades e incompatibilidades que permeiam as linguagens naturais não são as causas das contradições que precisam ser resolvidas. Ao contrário, elas são sintomas de uma incompatibilidade profunda, ou, de uma profunda contradição, a qual não reside simplesmente na nossa maneira de pensar e falar sobre a realidade, mas na forma como a realidade é em si mesma.

**Palavras-Chave:** Hegel; Ciência da Lógica; Dialética; Vaguidade; Contradição.

**Abstract:** In the context of the contemporary actualization of Hegelian thought several semantic interpretations of dialectic have been developed. These readings conceive of dialectic as a process of critical redefinition of the indeterminate meaning of the conceptual determinations embedded in natural language. In these semantic readings indeterminacy is often connected with the notion of vagueness. In my paper, I will show that this interpretative approach is not consistent with Hegel's text. I will first shed light on the relation between dialectic and natural language and then I will explain why the concept of vagueness is not effective in order to grasp the failure of determinacy affecting the understanding's determination in Hegel's dialectic. Finally, I will show that the ambiguities and incompatibilities pervading natural languages are not the cause of contradictions that need to be solved. Rather,

---

<sup>1</sup> Artigo publicado originalmente In: *Teoria. Rivista di filosofia*. Edizioni ETS, XXXIII/2013/1 (Terza serie VIII/1), p. 179-198.

<sup>2</sup>Agradeço a Tiago Porto pela gentil tradução para o português deste artigo. Naturalmente, todos os erros remanescentes são meus.

they are symptoms of a deeper incompatibility, or, of a deeper contradiction which does not simply reside in the way we think and talk about reality, but in the way reality is in itself.

**Keywords:** Hegel; Science of Logic; Dialectic; Vagueness; Contradiction.

No contexto da atualização contemporânea do pensamento hegeliano, inúmeras interpretações semânticas de dialética têm sido desenvolvidas. Fulda afirma explicitamente que “processo dialético é também um processo de modificação de significado”<sup>3</sup>. Conforme Angelica Nuzzo, “a lógica de Hegel deve ser lida como um programa explícito e altamente consciente de esclarecimento e revisão de linguagem – ambos da linguagem ordinária e da linguagem da lógica tradicional e metafísica”<sup>4</sup>. Segundo Diego Marconi, “dialética é uma forma de aderir à equivocidade da linguagem natural, a saber, uma forma de manter essa equivocidade mas também ir mais além”<sup>5</sup>. Francesco Berto concebe a dialética como uma “teoria holística geral do significado”<sup>6</sup>.

Estas leituras concebem a dialética como um processo de redefinição crítica do significado de determinações conceituais incorporadas na linguagem natural. O ponto de partida dessa análise crítica é, portanto, a linguagem natural, que fornece a imediata e indeterminada caracterização das determinações conceituais em questão. Nessas leituras semânticas, indeterminação é frequentemente conectada à noção de subdeterminação, e, mais precisamente, com o conceito de vaguidade. O primeiro momento abstrato e intelectual da dialética de uma determinação corresponde ao imediato significado que caracteriza esta determinação na linguagem natural. Portanto, a indeterminação do entendimento (*Verstand*) corresponde ao mesmo tipo de vaguidade que afeta conteúdos conceituais na linguagem natural.

---

<sup>3</sup> Der dialektische Fortgang auch den Charakter einer Bedeutungsmodifikation hat (H. F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, in *Hegel-Bilanz*, ed. por R. Heede e J. Ritter, Klostermann, Frankfurt a.M. 1973, p. 243).

<sup>4</sup> A. Nuzzo, *Vagueness and Meaning Variance in Hegel's and the Analytic Tradition*, ed. por A. Nuzzo, Continuum, London/NY 2009, p. 62.

<sup>5</sup> “La dialletica è un modo per aderire all'equivocità del linguaggio naturale, conservandola. Ma anche, però, andando oltre essa (D. Marconi, *La formalizzazione della dialettica*, Rosenberg & Sellier, Torino 1979, p. 70).

<sup>6</sup> F. Berto, *Che cos'è la dialettica hegeliana?*, Il Poligrafo, Padova 2005, p. 210.

No meu artigo, irei demonstrar que esta abordagem interpretativa não é coerente com o texto de Hegel e para fazê-lo, irei proceder através de quatro passos:

1) uma apresentação das abordagens semânticas em questão, focada na relação entre dialética e linguagem natural e no papel desempenhado pela vaguidade nessa relação;

2) uma exposição das características mais relevantes da noção de vaguidade na filosofia da linguagem;

3) uma explanação das razões pelos quais o conceito de vaguidade não é efetivo para explicar a falha de determinação que afeta a determinação do entendimento na dialética de Hegel;

4) uma análise crítica da relação entre processo dialético e linguagem natural nessas interpretações semânticas de dialética.

#### 1. *Leituras semânticas da dialética de Hegel e a noção de vaguidade*

As leituras semânticas que me referi fornecem uma relevante contribuição para o debate da relação entre dialética e linguagem natural, porque seu foco é precisamente essa relação. Em *Contradiction and the Language of Hegel's Dialectic*, Diego Marconi destaca que, a fim de compreender a relação entre dialética e filosofia no sistema de Hegel, necessitamos levar em consideração dois pressupostos:

a) Filosofia é “a ciência livre de pressuposições”: ela não pode assumir, nem mesmo implicitamente, qualquer doutrina substancial sobre qualquer aspecto da realidade.

b) Linguagem natural, com seus conteúdos intencionais (significados) e estruturas sintáticas, é o ponto de partida do discurso filosófico. Filosofia não pode renunciar a linguagem natural, embora possa ir além dela.<sup>7</sup>

Portanto, se filosofia pretende ser ciência, não deve ter pressuposições, o que significa que ela “não pode assumir suas unidades linguísticas como algo determinado, mas deve constituir essa determinidade”.<sup>8</sup>

De fato, assumir o significado ou a função sintática de um termo conceitual

---

<sup>7</sup> D. Marconi, *Contradiction and the Language of Hegel's Dialectic* (PhD Dissertation), University Microfilms International, Pittsburgh 1980, p. 174

<sup>8</sup> “Non può assumere la determinatezza delle sue unità linguistiche, ma deve costituirle” (D. Marconi, *La formalizzazione della dialettica*, p. 19)

implica a pressuposição de uma teoria determinada a respeito deste termo<sup>9</sup>. Desde que não deva ter pressuposições, a filosofia não pode assumir nenhum tipo de teoria.

Não obstante, filosofia precisa necessariamente da linguagem natural como seu meio de expressão, tal como ela necessariamente tem a linguagem natural como sua pressuposição: as unidades linguísticas que a filosofia utiliza “vêm da linguagem natural e elas mantêm seus (mais ou menos definidos) usos comuns e técnicos”<sup>10</sup>.

Ademais, na base do primeiro ponto – filosofia não deve ter pressuposições, as determinações de entendimento, que são o ponto de partida do processo dialético, devem ser completamente indeterminadas. No entanto, nenhum processo de determinação pode começar de uma posição de indeterminação completa. Indeterminação completa deve ser delimitada de alguma forma e isso é possível somente através do pressuposto da linguagem natural e, mais especificamente, da implícita e imediata forma em que conteúdos conceituais são determinados na linguagem natural. Contudo, esta implícita e imediata forma de concepção de alguns conteúdos conceituais não pode ser simplesmente e acriticamente assumida pela filosofia porque o ponto de partida sem pressuposições deveria fazê-lo. Em vez disso, assume-se como hipótese que necessita ser discutida no desenvolvimento do próprio processo dialético.

Desta forma, linguagem natural torna-se o pressuposto e o ponto de partida do processo dialético. Este pressuposto não solapa o caráter isento de pressuposições que a filosofia supostamente tem. Pelo contrário, o pressuposto da linguagem natural é perfeitamente compatível com o caráter isento de pressuposições da filosofia desde que seja uma pressuposição crítica, a saber, uma pressuposição que está aberta a ser posta em dúvida. Este processo de pôr dúvida na articulação da linguagem natural é a própria dialética, que se revela como uma análise da linguagem através da própria linguagem, ou, posto de forma diferente, um processo através do qual a linguagem corrige a si mesma.

---

<sup>9</sup> “Una teoria infantile si costituisce determinando il ruolo sintattico e l'area semantica dei suoi termini, cioè la forma delle formule in cui ciascun termine può occorrere [...] e l'insieme dei possibili sostituti del termine” (*ibid.*).

<sup>10</sup> “Provengono dal linguaggio naturale e si portano dietro i loro (più o meno definiti) usi ordinari e dotti” (pp. 9-10).

De acordo com esta visão, a indeterminação do ponto de partida de cada processo dialético, ou seja, a indeterminação das determinações do entendimento, é o mesmo tipo de indeterminação que afeta os conteúdos conceituais envolvidos na linguagem natural. Isto não é uma indeterminação completa, mas parcial. Marconi afirma:

[...] à respeito de termos técnicos, as nossas linguagens naturais são geralmente ligadas a teorias – as mais reconhecidas [...]. À respeito de outros termos, as linguagens naturais não estão vinculadas a nenhuma teoria, nem univocamente nem estritamente. Ao contrário, elas envolvem formas de determinar conteúdos conceituais que são parciais, não precisos e às vezes contraditórios, ou correspondem a práticas linguísticas de várias e diferentes origens. Isto é no que consiste a vaguidade da linguagem natural<sup>11</sup>.

De acordo com esta leitura semântica, vaguidade passa a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento do processo dialético, porque a indeterminação do primeiro momento da dialética não é nada além da falha de determinação que afeta a termos vagos na linguagem natural. A relação entre a indeterminação do primeiro momento da dialética – a abstração intelectual – e vaguidade é também ressaltado por Fulda: “Primeiramente, seu significado é apenas minimamente determinado. O nível mínimo é estabelecido através de regras de linguagem comum para o uso de termos abstratos<sup>12</sup>”.

Assim, as determinações de entendimento não são nem completamente indeterminadas nem completamente determinadas. Por um lado, se elas fossem completamente indeterminadas não haveria qualquer base para o processo dialético começar. Por outro lado, se fossem completamente determinadas, não haveria qualquer necessidade do processo dialético, porque não haveria nada a ser determinado.

---

<sup>11</sup> “La nostre lingue naturali sono di solito vincolare a teorie – le teorie al momento più accreditate – per quanto riguarda i termini 'tecnici': questo è infatti proprio ciò che caratterizza come tali i termini tecnici. Per il rimanente, esse non sono vincolate, né univocamente né rigidamente, a teorie, ma [...] contengono determinazioni parziali, incerte e a volte contraddittorie, corrispondenti a usi linguistici di varia e diversa origine. In ciò consiste la 'vaghezza' del linguaggio naturale” (D. Marconi, *La formalizzazione della dialettica*, p. 19).

<sup>12</sup> “Ihre Bedeutung anfangs nur minimal bestimmt. Das minimum ist festgelegt durch umgangssprachlich Regeln für das Gebrauch abstrakter Termini, soweit diese Regeln nicht durch die vorausgegangene Bewusstseinskritik [...] bedeutungsirrelevant gemacht werden sind” (H. F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, p. 246)

O que está em jogo no primeiro momento da dialética é a falha de determinação, e essa falha de determinação se entende por ser a mesma falha de determinação que a vaguidade implica na linguagem natural, que de fato assume-se como o ponto de partida da dialética. Como Marconi diz: “Iniciar com a linguagem natural é iniciar usando expressões linguísticas nos mais ou menos sentidos vagos em que eles são usados naturalmente”<sup>13</sup>. Fulda aprova uma abordagem interpretativa similar quando escreve: “O termo inicial não é uma universalidade abstrata, mas antes um termo vago”<sup>14</sup>. A falha de determinação implicada pela vaguidade ocasiona a necessidade de um processo de determinação. Portanto essa falha de determinação torna-se o fator movente do processo dialético. O próprio Hegel, no final da *Ciência da lógica*, escreve: “O imediato do princípio deve ser *em si mesmo* deficiente e dotado com a *vontade* de levar a si mesmo adiante”<sup>15</sup>.

A falha de determinação de termos conceituais vagos vem à luz e torna-se o fator movente do processo dialético na medida em que a dialética não apropria-se acriticamente destes termos vagos da linguagem natural. Pelo contrário, os termos são tomados como hipóteses a serem testadas. Este teste consiste no processo através do qual seu conteúdo conceitual e o papel sintático desempenhado por ele na linguagem natural é explicitado. Este processo revela algumas incompatibilidades a respeito da semântica e compromissos sintáticos envolvidos na forma em que os termos em questão são determinados na linguagem natural. Na linguagem técnica de Hegel, essas incompatibilidades devem corresponder às chamadas “contradições especulativas”. Conforme diz Nuzzo, “a vaguidade de casos limite é essencial para a dialética como uma lógica que admite e trabalha através da *contradição*.”

---

<sup>13</sup> D. Marconi, *Contradiction and Language of Hegel's Dialectic*, p. 179.

<sup>14</sup> “Beim anfänglichen Terminus handelt es sich genau genommen nicht um ein abstrakt Allgemeines, sondern um ein Vages” (H. F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, p. 247)

<sup>15</sup> G. W. F. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, zweiter Band, *Die subjektive Logik. Die Lehre vom Begriff* (1816), in *Gesammelte Werke*, Meiner, Hamburg 1968 ss. (de agora em diante GW), Bd. XII, hrsg. Von F. Hogemann e W. Jaeschke, Meiner, Hamburg 1981, p. 241; engl. Transl. By A. V. Miller, *Science of Logic*, Allen – Unwin, London 1969, pp. 573-844, p. 829. Com respeito a estas linhas, Nuzzo afirma: “l'inizio è sempre l'immediato e l'indeterminato, ciò che, nel suo proprio ambito, non può ancora contare alcuna solida base preconstituita o presupposta sulla quale appoggiare la propria immanente determinazione. L'inizio è inoltre sempre una struttura semplice (*Einfaches*) e (*astrattamente*) universale (*Allgemeines*)” (A. Nuzzo, *La logica*, in *Guida a Hegel*, ed. por C. Cesa, Roma-Bari, Laterza 1997, p. 60)

Devido a sua vaguidade, casos limite são os lugares onde as contradições são encontradas”<sup>16</sup>. Estas incompatibilidades precisam ser resolvidas e a solução é a *Aufhebung* da contradição que surge no processo dialético. Portanto, por trazer esta contradição, a falha de determinação torna-se o fator movente do processo dialético. A dinâmica deste processo é elaborada por Marconi:

Os termos conceituais de Hegel são cercados por um halo semântico mal-definido, cuja autoridade é sempre parcial e temporária. Eles não são nem puramente símbolos sem significado nem termos bem definidos. São sinais acompanhados por um complexo variado de regras para o uso dos termos e estas regras podem ser em parte incompatíveis umas com as outras; o processo dialético é a análise crítica destas regras: a consideração de regras para o uso de um termo [...] é o *input* do processo dialético<sup>17</sup>.

Portanto, a tarefa da dialética não é meramente tornar explícitas as incompatibilidades ocultas na linguagem natural, mas também eliminar essas incompatibilidades. Angelica Nuzzo afirma:

[...] a tarefa da dialética é, de certa forma, dissipar a vaguidade dos casos limite e a vaguidade das delimitações. Descontinuidades ou transições entre esferas lógicas discretas [...] funcionam como restrições à vaguidade linguística. A dialética é o procedimento através do qual as restrições são desenhadas, esferas de significado são primeiramente instituídas, e termos são sistematicamente atribuídos para aquelas diferentes esferas<sup>18</sup>.

Logo, a dialética pretende ser um processo de modificação de conteúdos conceituais<sup>19</sup>. Como Fulda diz, “o todo dialético pode ser caracterizado como um método para as limitações da vaguidade”<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> A. Nuzzo, *Vagueness and Meaning Variance in Hegel's Logic*, p.76

<sup>17</sup> “Le 'parole concettuali' di Hegel si presentano quindi circondate da un alone semantico non bem definito, la cui autorità e comunque parziale e provvisoria: esse non sono né puri segni privi di significato (= regole d'uso), né termini ben definiti, come quelli del linguaggio disciplinare. Sono segni accompagnati da un complesso variegato di regole d'uso, magari parzialmente incompatibili; nel confronto critico di queste regole consiste il procedimento dialettico: la considerazione di una regola d'uso [...] è l'input' del processo dialettico” (D. Marconi, *La formalizzazione della dialettica*, p. 20)

<sup>18</sup> A. Nuzzo, *Vagueness and Meaning Variance in Hegel's Logic*, p. 76.

<sup>19</sup> «Il processo dialettico implica effettivamente una revisione di impegni semantici sul contenuto di certi termini descrittivi – impegni assunti prima che la singola procedura dialettica abbia inizio. E questa revisione o ridefinizione concettuale ha a che fare con la necessità di modificare o rigettare certi postulati di significato» (F. Berto, *Che cos'è la dialettica hegeliana?*, p. 95).

De acordo com a mesma visão, Fulda afirma: «Die dialektische Logik soll nicht nur die Gebrauchs-bedeutungen vorhandener Ausdrücke analysieren. Sie soll diese Bedeutungen

No *Hegels Analytische Philosophie*, Pirmin Stekeler Weithofer concorda com esta abordagem semântica e interpreta o processo dialético como a passagem do nível de *Verstehen* – o qual corresponde à imediata, comum e pré-conceitual forma de pensar um termo – para o nível de *Begreifen* – o qual corresponde a análise crítica dos mesmos termos. Esta análise crítica é almejada ao tornar explícitas as incompatibilidades implícitas no uso comum de termos e ao individualizar uma solução para permitir a remoção destas incompatibilidades<sup>21</sup>.

A fim de entender se esse tipo de leitura semântica de dialética é sustentável ou não, vou analisar como a noção de vaguidade é definida na filosofia da linguagem. Só então será possível compreender se esta noção se encaixa com a indeterminação das determinações de entendimento ao qual se destina a explicar e se a linguagem natural pode realmente ser considerada como o ponto de partida do processo dialético.

## 2. Vaguidade

Fulda define expressões vagas “como expressões que são indeterminadas à respeito das condições de suas aplicações”<sup>22</sup>. O que isto significa? Rosanna Keefe, no seu livro *Theories of Vagueness*, destaca as três principais características de predicados vagos, a saber: eles “admitem casos limite, eles carecem de limites definidos e eles são suscetíveis aos paradoxos sorites”<sup>23</sup>. Irei analisar brevemente estas três características de vaguidade.

Primeiramente, a admissão de casos limite. Esta é a mais importante característica de predicados vagos (os outros dois são consequências desta primeira característica). Também a respeito de proposições, vaguidade implica casos limite. Em 1902, Pierce escreveu:

---

korrigieren und damit die Mittel für neue propositionale Gehalte bereitstellen» (H.F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, p. 241).

<sup>20</sup> “Die ganze Dialektik lasst als ein Verfahren solcher Einschränkungen von Vagheit charakterisieren” (H.F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, p. 258).

<sup>21</sup> Stekeler-Weithofer afirma: «Ihr Ziel ist die Aufhebung von Mangeln in der bloß faktischen Sprachgebrauch und konventionellen Urteilsweisen, die Restitution der Geltung des Widerspruchsprinzips» (P. Stekeler-Weithofer, *Hegels Analytische Philosophie. Die Wissenschaft der Logik als kritische Theorie der Bedeutung*, Schöningh, Paderborn 1992, p. 26).

<sup>22</sup> “Denn 'vage' nennen wir ein Ausdruck, der hinsichtlich der Bedingungen seiner Anwendung unbestimmt ist” (H.F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, p. 247).

<sup>23</sup> R. Keefe, *Theories of Vagueness*, Cambridge University Press, Cambridge 2000, p. 6 .

A proposição é vaga quando há possíveis estados de coisas a respeito sobre os quais ela é intrinsecamente incerta se, caso tivessem sido contempladas pelo falante, ele teria considerado-as como excluídas ou permitidas pela proposição. Por incerteza intrínseca nós não queremos dizer incerteza em consequência de qualquer ignorância do intérprete, mas devido aos hábitos de linguagem do falante quando indeterminada<sup>24</sup>.

A admissão de casos limite está intrinsecamente ligada à característica principal de vaguidade apontada por Fulda, ou seja, a indeterminação de condições de aplicação de um termo. Fulda ressalta que a vaguidade de determinações conceituais lida principalmente com “casos limite de predicação”<sup>25</sup>. Não é claro se um predicado pode ou não ser atribuído a um objeto somente a respeito de casos limite em questão. O exemplo tradicional é o predicado “alto”. O caso limite é aquele da pessoa que não podemos considerar nem alta nem baixa. Obviamente, casos limite tornam-se problemáticos para tanto o princípio da bivalência quanto para o princípio do terceiro excluído.

Em segundo lugar, predicados vagos não têm limites precisos, ou seja, eles carecem de uma extensão claramente determinada. Como afirma Keefe, “predicados vagos são naturalmente descritos como possuidores de difusas, ou turvas, limitações”<sup>26</sup>. Esta segunda característica é obviamente relacionada com a primeira: as condições de aplicação desses predicados são indeterminados a respeito de casos limite porque falta uma limitação precisa diferenciando ao que um predicado pode ser atribuído e ao que ele não pode.

Em terceiro lugar, predicados vagos são suscetíveis aos paradoxos sorites, ou seja, aquela classe de argumentos paradoxais cujo desenvolvimento é baseado na indeterminação de limites de predicados que eles envolvem. Segue um exemplo clássico: “se alguém está preparado a admitir que dez mil grãos de areia constituem um monte então alguém pode argumentar que a

---

<sup>24</sup> C.S. Peirce, *Vague*, in J. M. Baldwin (eds.), *Dictionary of Philosophy and Psychology*, 2 vol., MacMillan, New York 1902., p. 748. De acordo com Sorensen "existe uma ampla concordância de que um termo é vago na medida em que ele tem casos limite [...]. Vaguidade é por padrão definida como a posse de casos limite" (R. Sorensen, *Vagueness*, in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, First published Sat Feb 8, 1997; substantive revision Tue Aug 29, 2006, <http://plato.stanford.edu/entries/vagueness/>).

<sup>25</sup> H.F. Fulda, *Unzulängliche Bemerkungen zur Dialektik*, p. 249.

<sup>26</sup> R. Keefe, *Theories of Vagueness*, p. 7. Com respeito a Peirce, Raspa afirma: «l'ambito di applicabilità [...] di ogni predicato vago, non è definito, non ha cioè confini netti» (V. RASPA, *Incontraddizione, Parnaso*, Trieste 1999, p. 318).

retirada de qualquer grão de areia não irá fazer diferença”<sup>27</sup>. Esta terceira característica, assim como a segunda, é relacionada à primeira característica principal: a presença de casos limite implica limitações turvas e, portanto, o risco de cruzar limitações sem mesmo estar ciente dessa travessia.

Voltando a Hegel, vale notar que 15 anos antes de Fulda, John Findlay admitiu o importante papel da vaguidade no pensamento de Hegel, e ele focou sua atenção exatamente nessas três características que acabei de delinear. Mais precisamente, ele destaca que termos conceituais envolvidos na linguagem natural são determinados não somente por sua “geografia lógica”, ou seja, pelo sistema de relações através do qual eles estão relacionados a outros termos conceituais, mas também pela dinâmica lógica, isto é, o movimento inerente que faz com que eles tornem-se outras determinações:

Hegel certamente tornou claro que nossas noções que carregam consigo certo sombreamento natural em outras noções, uma implicação natural de tais noções, e uma favorabilidade natural e infavorabilidade às outras noções, que não estão em nosso poder de alterar ou criar, mas que pode ser dito que repousam exclusivamente na sua afinidade de conteúdo. E com essa afinidade de conteúdo segue uma tendência natural de nossas noções de deslizar sobre outras noções, alterar ou desenvolver de certa forma (muitas delas contrárias), tendências que novamente não podemos nem fazer nem desfazer, mas podemos somente ceder ou suprimir<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> D. Hyde, Sorites Paradox, in Stanford Encyclopedia of Philosophy, primeiro publicado em Fri Jan 17, 1997; revisão substantiva em Mon Aug 15, 2005. <http://plato.stanford.edu/entries/sorites-paradox/>). Mais precisamente, se houver um predicado P cuja extensão não é exatamente determinada, e há xi, que representa o conjunto de objetos em relação ao qual as condições de aplicação de P virão a ser indeterminadas, o paradoxo sorites é caracterizado pela seguinte estrutura:

(1)  $Px_1$

(2) Para cada i, se  $Px_i$  então  $Px_{i+1}$

---

(3)  $Px_n$

Em primeiro lugar, vale a pena notar que o argumento funciona tanto pela adição quanto pela subtração. Em segundo lugar, o argumento é baseado em: (1) uma premissa verdadeira, por exemplo, 10 mil grãos de areia fazem um monte; (2) premissas condicionais plausíveis, ou seja, no exemplo em questão, se 10 mil grãos de areia fazem um monte, então 9999 grãos de areia também o fazem, e assim por diante; (3) uma conclusão - um grão de areia ainda faz um monte - que é uma conclusão corretamente inferida via modus ponens, que contudo é falsa quando consideramos nossas intuições naturais.

<sup>28</sup> J.N. Findlay, Hegel. A Re-examination, Allen & Unwin, London 1958, p. 79. A mesma ideia é delineada por Bloch: «Wichtig vor allem wird, zu lernen, daß die Begriffe hier flüssig sind» (E. Bloch, Subjekt-Objekt, Suhrkamp, Frankfurt am Main 1962, p. 25).

A “favorabilidade natural” de alguns termos para outros na nossa linguagem natural indica o que nós temos chamado de casos limite. O “sombreamento natural em outras noções” refere-se a perda de limitações precisas na extensão destes termos. A “implicação de outras noções” e a “tendência natural de nossas noções de deslizar sobre outras noções, alterar ou desenvolver de certa forma (muitas delas contrárias)” é exatamente a consequência da vaguidade correspondente às conclusões paradoxais dos paradoxos sorites.

### 3. *Vaguidade e indeterminação do entendimento*

Agora, a questão crucial é a seguinte: a vaguidade pode ser usada como uma ferramenta efetiva para entender onde encontra-se a indeterminação das determinações do entendimento? Se quisermos responder a essa questão, nós temos de considerar as três principais características da vaguidade que há pouco delineamos e tentar entender se elas ajustam-se ou não a indeterminação do entendimento.

Vamos considerar a imediata determinação do finito articulado pelo entendimento. Primeiramente, essa articulação envolve casos limite? Não parece ser assim. Na verdade, o entendimento assume o finito como algo fixo e oposto ao infinito. A presença de casos limite é apenas excluída na base da concepção fixa de finito desenvolvida pelo entendimento.

Segundo, a articulação imediata do finito é marcada por limites turvos? Novamente, a resposta parece ser negativa. A abstração e a unilateralidade de determinações do entendimento consiste na articulação de determinações em questão de que algo é autossustentado e independente de outras determinações, especialmente do seu oposto: o finito é diferente do infinito, ou, melhor dizendo, é fortemente oposto ao infinito porque é incompatível com ele. Não pode haver um limite turvo entre o finito e o infinito porque eles são mutuamente excludentes.

Terceiro, o finito é suscetível aos paradoxos sorites? Mesmo essa terceira característica de vaguidade não funciona na explicação da concepção imediata do finito e a forma com que torna-se autocontraditória. A abstração e a concepção unilateral de finito não são contraditórias na base de um argumento que foca na adição indefinida de algo finito ao finito inicial e que

termina com a equação do resultado desta adição indefinida com o infinito em si. Ao contrário, a concepção abstrata de finito é autocontraditória na medida em que é oposta ao infinito. Desde que se destaca como fixa e persistente defronte ao infinito, o próprio finito também é infinito. O finito é oposto ao infinito como o infinito é oposto ao finito. Esta definição abstrata – “A é oposto a B” - aplica-se aos dois. O finito e o infinito determinados de acordo com essa definição tornam-se indeterminados (o finito torna-se infinito, e o infinito como oposto ao finito é o mal infinito, a saber, um infinito que é finito). Esta definição é indeterminada porque ambos finito e infinito são atingidos por ela.

No entanto, a indeterminação da definição em questão não é um exemplo de vaguidade porque se baseia na forte relação exclusiva entre determinações opostas. Portanto, a caracterização de finito feita pelo entendimento não é de toda vaga. Determinações de entendimento, longe de serem vagas, são baseadas em nítidas distinções, que evita vaguidade tão bem como incompatibilidades que afetam o conteúdo conceitual de determinações no nível da linguagem natural. Por exemplo, a caracterização de finito feita pelo entendimento se livra da concepção comum do que é finito. A caracterização imediata e abstrata de finito tem limites precisos: o finito é o que é oposto ao infinito, ou, o finito é o “não-infinito”.

Portanto, a noção de vaguidade é uma ferramenta enganosa quando usada para tentar qualificar a indeterminação do entendimento. Se nós queremos explicar a natureza desta indeterminação na linguagem filosófica contemporânea, nós temos de procurar em outro lugar. O livro de Keefe, *Theories of Vagueness*, proporciona uma sugestão útil para solucionar este problema. Keefe distingue a noção de vaguidade, entendida no sentido delineado acima, a partir de outras formas de conceber a indeterminação conceitual. Uma dessas formas é o que ela chama “subespecificidade”. Estou convencida de que a indeterminação de entendimento corresponde a essa noção. “Subespecificidade” consiste em uma subdeterminação de um conteúdo conceitual:

A observação “alguém disse algo” é naturalmente descrita como vaga (quem disse o quê?). De forma similar, “X é um

número inteiro maior do que trinta” é uma dica vaga e inútil sobre o valor de X. Vaguidade nesse sentido é subespecificidade, uma questão de ser menos do que informativo adequado para o propósito em mãos. Isso parece não ter nada a ver com casos limite ou com falta de limites definidos: “é um número inteiro maior do que trinta” tem limites definidos, não tem casos limite, e não é suscetível aos paradoxos sorites<sup>29</sup>.

A indeterminação de determinações de entendimento pode ser considerada como subespecificada na medida em que ela é afetada por uma falha de determinação a qual é diferente de vaguidade e a qual não é determinada o suficiente para corresponder à sua natureza concreta, ou, como diz Hegel, a sua verdade. A determinação de entendimento tem limites definidos, e estes limites não são incorretos. Eles são completamente corretos mas não são *toda a verdade*. Nós poderíamos também dizer que eles são *richtig* mas não *wahrhaft*. Eles não são a verdade na base de um padrão de racionalidade como a de Hegel, conforme o que a verdade é o todo. De fato, pode-se dizer que eles são parcialmente verdadeiros, na medida em que eles são afetados por uma falha de determinação que faz deles unilaterais e abstratos.

Esta explicação de indeterminação de determinações de entendimento como subespecificidade também permite-nos entender o sentido em que o momento intelectual e abstrato da dialética é um passo necessário no processo dialético, mas, ao mesmo tempo, aquele que é necessariamente superado. As determinações de entendimento, no ser subespecificado, a saber, em ser parcialmente verdadeiro, são necessárias, mas não condições suficientes para o desenvolvimento da verdade como um todo, que é o alvo da dialética concreta de uma determinação.

#### 4. *Dialética e linguagem natural*

O último ponto a ser analisado é a relação entre dialética e linguagem natural nas abordagens semânticas que assumem a vaguidade como uma ferramenta interpretativa a fim de explicar a indeterminação do entendimento.

O primeiro momento da dialética pretende assumir conteúdos conceituais na vaga caracterização que eles possuem na linguagem natural. Dialética pretende ser o processo de explicitar e analisar criticamente as

---

<sup>29</sup> R. Keefe, *Theories of Vagueness*, p. 10.

incompatibilidades sintáticas e semânticas que surgem dessa vaguidade. No entanto, se a indeterminação de entendimento não corresponde à vaguidade, a equação do primeiro momento do processo dialético com o nível de linguagem natural também é posto em dúvida.

Há, entretanto, um ponto que ainda é válido: a linguagem natural é o ponto de partida da dialética. Esta afirmação é apoiada por diversas passagens nos textos de Hegel. Por exemplo, no segundo prefácio da *Ciência da Lógica*, Hegel afirma: “As formas de pensamento são, em primeira instância, expostas e guardadas na linguagem humana”<sup>30</sup>. Assim, a linguagem natural é o local de onde precisamos partir a fim de destacar as estruturas das determinações do pensamento. Então, o que precisamos entender é o sentido em que a linguagem natural pode ser o ponto de partida da dialética, sem ser a fonte de que a dialética simplesmente assume os conteúdos conceituais a serem analisados.

Se considerarmos a famosa afirmação de Hegel “o que é familiar não é compreendido precisamente porque é familiar”, o processo dialético pode ser pensado como o caminho que inicia do *familiar* e vai até o *compreendido*. O familiar corresponde à etapa de conteúdos conceituais que são incorporadas na nossa linguagem natural. Nas interpretações semânticas às quais nos referimos, este nível é equiparado ao primeiro momento do processo dialético, ou seja, com a articulação imediata e abstrata das determinações do entendimento. O processo de conhecimento é uma espécie de explicação deste “familiar” e da contradição envolvida nisto. Portanto, como Francesco Berto escreve, “desde que a dialética não possa começar com a arregimentação do conteúdo conceitual da linguagem natural, a prática especulativa é o *organon* da autoconsciência semântica, que significa, primeiro de tudo, a exploração desta variada e multiforme articulação (a saber, a articulação da linguagem natural)”<sup>31</sup>. De acordo com essa abordagem, a tarefa do entendimento não é a arregimentação, mas antes uma assunção da variada e multiforme articulação da linguagem natural que a dialética compromete-se em analisar.

---

<sup>30</sup> G.W.F. Hegel, *Wissenschaft der Logik, erster Band, Die objektive Logik, erstes Buch, Die Lehre vom Seyn* (1832), in *GW*, Bd. XXI, hrsg. von F. Hogemann, W. Jaeschke, Meiner, Hamburg 1985 (de agora em diante *WdL I*), p. 10.

<sup>31</sup> F. Berto, *Che cos'è la dialettica hegeliana?*, p. 308.

Não obstante, a tarefa de arregimentação é precisamente o que o entendimento tem em vista. Fixidez e estabilidade de determinações, juntas com suas certezas e abstrações, são as características peculiares do entendimento. Estas mesmas características que definem a natureza do entendimento são o que parecem ser o mais distante da língua natural e da concretude das turvas e imprecisas definições de conteúdos conceituais incorporados no seu interior.

O nível familiar de conhecimento é o conhecimento estabelecido na linguagem natural e corresponde ao mais básico nível do que Hegel chama “representação”. Em algumas passagens dos textos de Hegel, quando comparada ao entendimento, a representação permanece no nível mais baixo. Enquanto a representação é a simples e passiva assunção de conteúdos conceituais de linguagem natural, o entendimento realiza um processo ativo de desconstrução da concretidade desses conteúdos a fim de ganhar fixidez, abstração e certezas que caracterizam sua natureza. Por exemplo, no prefácio da *Fenomenologia*, Hegel escreve:

A análise de uma ideia (*Vorstellung*), como era utilizada, era, de fato, nada mais do que livrá-la da forma com que havia se tornado familiar. Romper uma ideia em seus elementos originais é retornar a estes momentos, que ao menos não têm a forma de, dada ideia mas antes constitui a propriedade imediata de si. Essa análise, para ter certeza, somente surge nos *pensamentos* que são eles mesmos familiares, fixos e determinações inertes. Mas o que é assim *separado* e inefetivo é um momento essencial; por isso é somente porque o concreto se divide a si mesmo, e faz de si mesmo algo inefetivo, que é automovente. A atividade de dissolução é o poder e o trabalho do *entendimento*, o mais surpreendente e poderoso dos poderes, ou melhor, o poder absoluto<sup>32</sup>.

Entendimento pode de forma alguma ser considerado uma mera assunção de conteúdos conceituais da linguagem natural. Muito pelo contrário, ele exerce seu poder peculiar, que é um poder surpreendente e torna-se fundamental para o começo do processo dialético. Esse poder consiste em “ruptura” e separação de diferentes elementos de conteúdo da linguagem natural. Se linguagem – como dizemos – tem uma articulação cuja natureza é

---

<sup>32</sup> G.W.F. Hegel, *Die Phänomenologie des Geistes*, in GW, Bd. IX, hrsg. von W. Bonsiepen, R. Heede, Meiner, Hamburg 1980, p. 27.

variada e multiforme, a tarefa do entendimento é a análise desta articulação e a divisão de diversos elementos e formas envolvidas nisso. Estas análises e divisões permitem que a estes elementos e formas sejam dadas uma articulação “fixa inerte”. Esta articulação é a “propriedade imediata do eu”, ou seja, determinações cuja fixidez, estabilidade e certeza as tornam um elemento “fixo e irreal”. Por um lado, este elemento é irreal porque sua abstração a impede de apreender a concretude da realidade, que permanece constitutivamente separada dela. Por outro lado, esta “autodivisão” e esta “irrealidade” representam um momento essencial para o desenvolvimento do processo dialético, porque eles proporcionam uma base fixa e sólida para que o processo principie, ao mesmo tempo que eles são afetados pela falha de determinação que dá origem à necessidade de uma determinação adicional e que portanto é o fator movente da própria dialética.

Nesse sentido, dialética começa com a linguagem natural e este ponto de início é um tipo de exploração e análise crítica dela, mas esta análise não é feita pela razão e isso não corresponde ao completo desenvolvimento do processo dialético. Ao invés disso, esta análise é desempenhada pelo entendimento e corresponde ao que Hegel – nas linhas citadas – chama “a análise de uma ideia (*Vorstellung*)”, a saber uma análise que traz o que pode ser chamado de uma “arregimentação” de termos conceituais envolvidas na linguagem natural. Esta arregimentação é a fixação unilateral e abstrata do conteúdo conceitual incluso nestes termos conceituais.

A verdade não reside em uma linguagem que é completamente diferente da linguagem natural. De fato, ela está inclusa na própria linguagem natural, mas de uma forma muito imediata para ser reconhecida. A impossibilidade de aprender essa verdade é similar à impossibilidade de ver algo enorme quando estamos diretamente à sua frente. É preciso nos afastar para podermos vê-la como um todo. Nossa linguagem comum reflete e está estruturada na base da realidade, mas de uma forma inconsciente. O pensamento em seu valor objetivo está presente na linguagem comum, mas apenas como um instinto que precisa crescer e se tornar consciente de si mesmo. Tornando-se consciente da essência deste instinto, que é o próprio

pensamento, é a tarefa do sistema lógico de Hegel. Na *Ciência da Lógica*, Hegel afirma:

[...] chamar a atenção para esta natureza *lógica* que anima a mente, move e trabalha nela, esta é a tarefa. A ampla distinção entre o ato instintivo e o ato inteligente e livre é que o último é realizado com uma consciência do que está sendo feito; quando o conteúdo do interesse o qual é absorvido é extraído da sua unidade imediata consigo mesmo e torna-se um objeto independente de seu pensamento, depois disso é que o espírito começa a ser livre, ao passo que quando o pensamento é uma atividade instintiva, o espírito é enredado nos laços de suas categorias e é dividido em uma matéria infinitamente variada<sup>33</sup>.

A arregimentação da linguagem natural desempenhada pelo entendimento é a única forma de tomar alguma distância do conhecimento inconsciente incorporado dentro da própria linguagem, para analisar este conhecimento e para definir sua articulação concreta.

Não obstante, a resolução das incompatibilidades dependentes sobre a vaguidade que afeta a linguagem natural e a arregimentação da própria linguagem que sua análise envolve não é o que consiste a dialética, mas em vez disso, as condições para o início do processo dialético. O primeiro momento da dialética – a abstração intelectual – não corresponde ao nível da linguagem natural, mas ao nível da arregimentação que é o resultado da análise crítica e a resolução das incompatibilidades sintáticas e semânticas surgidas da própria linguagem. A fase do entendimento, em vez de corresponder a linguagem natural, pode ser rastreada ao nível da lógica padrão, que Hegel também define como “lógica do entendimento” e cuja tarefa é apenas o processo de arregimentação que referi à respeito do papel do entendimento no processo dialético. Isso é o que Hegel escreve sobre a lógica padrão:

[...] em primeiro lugar, devemos considerar como um infinito passo adiante essa forma de pensamento que tem se libertado da matéria em que estão submersos na intuição auto-consciente, concepção figurada, no nosso desejo e vontade [...]; que essas universalidades têm sido colocadas em destaque por sua própria causa e tornadas objetos de contemplação, como foi feito por Platão e, depois dele,

---

<sup>33</sup> WdL I, p. 15.

especialmente por Aristóteles; [,] isto constitui o princípio da apreensão inteligente deles<sup>34</sup>.

No primeiro momento do processo dialético a liberação das categorias envolvidas na lógica natural acontece. Lógica natural está incorporada na linguagem natural e necessita ser liberta do conteúdo sensível em que está misturada<sup>35</sup>. Isto nos permite trazer alguma luz para a verdadeira natureza das categorias em questão:

[...] como impulsos, as categorias são apenas instintivamente ativas. Primeiramente, elas entram na consciência separadamente e assim são variáveis e mutuamente confusas; conseqüentemente, elas fornecem à mente apenas uma realidade fragmentada e incerta; o mais elevado negócio da lógica, portanto, é esclarecer essas categorias e nelas elevar a mente à liberdade e à verdade<sup>36</sup>.

Portanto, a linguagem natural pode ser considerada como o ponto de partida da dialética, e os três momentos do processo dialético vêm a ser três etapas de libertação e de articulação concreta da lógica natural incorporada nele:

1. O primeiro momento é o processo de abstração do entendimento realizado na linguagem natural, cujo resultado é a arregimentação da própria linguagem expressa na lógica padrão.

2. No segundo momento da dialética, a saber o dialético ou negativo-racional, as determinações fixas e isoladas do entendimento aparecem como “variáveis e mutuamente confusas”: a razão mostra que a abstração e unilateralidade dessas determinações implica na sua subespecificidade a respeito da sua natureza concreta e completa. Seu conteúdo não cumpre o que supostamente deveria ser, e por isso elas tornam-se autocontraditórias. A

---

<sup>34</sup> WdL I, p. 12.

<sup>35</sup> Ibid., p. 33. Lógica natural consiste no conjunto de regras e leis que pertencem à natureza do próprio pensamento. Elas são corretas mas também são inconscientemente realizadas dentro do pensamento. De fato, à respeito das categorias da lógica clássica, Hegel afirma: “Na vida, as categorias são usadas; da honra de ser contemplado por sua própria causa elas são degradadas à posição onde servem à criação e troca de ideias envolvidas no exercício intelectual em um conteúdo vivo. Primeiro, elas servem como abreviações através de sua universalidade [...]. Em seguida, as categorias servem à mais exata determinação e descoberta de relações objetivas [...]. Tal uso das categorias, como acima foi chamada lógica natural, no inconsciente.” (WdL I, p. 13; pp. 34-35). Angelica Nuzzo afirma: «la logica speculativa [...] si propone piuttosto di portare alla coscienza quella logica (naturale) che costituisce l'essenza stessa del pensiero nella sua verità» (A. Nuzzo, *La logica*, in C. Cesa (a cura di), *Guida a Hegel*, p. 49).

<sup>36</sup> WdL I, p. 16.

contradição proporciona o que Hegel descreve como “uma realidade fragmentada e incerta”.

3. O terceiro momento da dialética, ou seja, o especulativo ou positivo-racional, consiste na resolução (*Aufhebung*) das contradições implicadas pelo segundo, e isso permite “elevar a mente à liberdade e à verdade”.

Portanto, o papel desempenhado pelo entendimento em relação à linguagem natural é crucial para que o processo dialético inicie, e a filosofia deve reconhecer esse papel tão essencial não só para manter a verdade especulativa, mas também para compreender o sentido em que esta verdade está implícita na própria linguagem natural. Como Findlay afirma:

A filosofia deve ser capaz de usar e absorver o trabalho do *Entendimento* [...] Para a filosofia, tendo separado os aspectos de continuidade do não-analisado, deve permitir novamente que estes aspectos "passem para o outro", se for para restabelecer e compreender essa continuidade, e não apenas para reduzi-la ao absurdo<sup>37</sup>.

A filosofia começa com a linguagem natural. É uma análise que se afasta desta “continuidade do não-analisado”, a fim de esclarecer a sua estrutura. No entanto, a filosofia não pode parar neste estrutura pura e perfeitamente articulada, que é “absurdo” na medida em que é incapaz de apreender e refletir a forma com que as coisas concretamente são devido à sua natureza abstrata e fixa. A filosofia precisa voltar para a concretude da linguagem que reflete a concretude da realidade, não na forma imediata do ponto de partida, mas como algo inteiramente mediado. Este processo de mediação que se destina a ser uma articulação racional completa da concretude inicial somente é possível passando através do padrão do entendimento do pensamento o qual permite- nos tomar alguma distância da concretude em questão, para focar nos vários elementos da sua articulação e para ver as diferentes relações que a constituem.

##### 5. *Vaguidade e contradições*

Dadas as considerações acima, a relação entre dialética e vaguidade, e as ambiguidades e incompatibilidades que permeiam as linguagens naturais podem ser vistas de um ponto de vista de que é completamente diferente do

---

<sup>37</sup> J.N. Findlay, Hegel. A Re-examination, p. 62.

desenvolvido pelas interpretações semânticas que fiz referência. Vaguidade, ambiguidades e incompatibilidades na linguagem natural não são a causa de uma contradição, que precisa ser resolvida a fim de desenvolver uma estrutura conceitual que seja completamente coerente, mas cuja fixidez e rigor parecem ao mesmo tempo estar longe da concretude e dinamismo da realidade. O desenvolvimento de tal tipo de estrutura lógica não faria sentido em um padrão de racionalidade como o de Hegel, que é baseado no princípio segundo o qual o real é racional, mas ao mesmo tempo o racional é também real. Em vez disso, vaguidade, ambiguidades e incompatibilidades enraizadas na linguagem natural podem ser entendidas como sintomas de uma incompatibilidade profunda, ou, posto nos termos de Hegel, de uma contradição profunda, que é uma contradição que não reside simplesmente na nossa forma de pensar e falar sobre a realidade, mas na forma como a realidade é em si mesma.

Isto é exatamente o que Bloch quer por em evidência quando se refere à fluidez da terminologia específica de Hegel:

[Alguém] Que lê Hegel precisa se familiarizar com a evidente e objetiva contradição que está presente em tudo que existe e que é infinitamente espelhada pela linguagem conceitual; [...] aqui o paradoxo é a voz do conceito oposto ao senso comum que tende a isolar (conteúdos conceituais)<sup>38</sup>.

Mais precisamente, o processo dialético de cada determinação lógica poderia ser vista sob duas perspectivas paralelas, ou seja, o lado linguístico e o lado ontológico.

O processo do lado linguístico começa com uma sub-especificidade da determinação em questão (momento abstrato-intelectual). Esta falha de determinação consiste basicamente na caracterização de uma categoria que abrange um espaço lógico que é mais amplo do que aquele que pertence à própria categoria e que inclui a categoria oposta. Por exemplo, a definição de finito como o não-infinito inclui um espaço lógico infinito e, em seguida, transforma-se o finito em algo infinito. Esta contradição é o sintoma de que algo não funciona na primeira definição sub-determinada da determinação

---

<sup>38</sup> «Der Leser Hegels muß sich mit dem öffentlichen, dem objektiven Widerspruch in allen Dingen vertraut machen, den die Begriffssprache Hegels unablässig spiegelt; [...] hier ist das Paradox (gegen die Isoliertheiten des gesunden Menschenverstands) die Stimme des Objekts selbst» (E. Bloch, *Subjekt-Objekt*, pp. 26-27).

(momento negativo-racional), mas é também o sintoma da estrutura especulativa da própria determinação (momento positivo-racional).

Voltando ao nosso exemplo, o finito é primeiramente definido como o não-infinito. O não-infinito corresponde a um não-definitivo – e, portanto, infinito – espaço lógico: o finito é ambos finito e infinito. Esta contradição é tanto a implicação problemática da primeira definição abstrata do finito, porque mostra como o finito não está ainda definido corretamente – o finito e o infinito parecem ser o mesmo. Ao mesmo tempo, esta mesma contradição nos mostra a forma em que se desenvolve a primeira definição abstrata e unilateral: o finito é o não-infinito, mas não sendo o infinito, ele necessariamente acaba e isto o leva a desaparecer no seu outro, que é o próprio infinito. Eventualmente, o finito acaba sendo infinito, mas a explicação adequada de como isso ocorre requer um nível de especificação das dinâmicas lógicas em jogo que são maiores que o entendimento.

No lado ontológico, a subespecificidade do entendimento e os valores negativo e positivo da contradição que ela implica correspondem às três fases do desenvolvimento de uma estrutura ontológica. A fase inicial é a subespecificidade do entendimento, que basicamente corresponde à visão de uma estrutura ontológica como se fosse um estado de coisas ou algo dado, fixo e definido em certos limites (o finito é algo imóvel contraposto ao infinito). Na fase conclusiva encontramos a estrutura contraditória positiva de uma determinação, que basicamente corresponde à mesma estrutura ontológica que tínhamos na fase subespecífica do entendimento, que já não é mais estática, porque desenvolveu a sua natureza processual e dinâmica. Isto não é mais simplesmente dado; mas sim, algo que precisa chegar através de algum tipo de desenvolvimento, a fim de perceber o que ele realmente é (a fim de ser ele mesmo, o finito tem que passar para seu outro, e só o processo de passagem é a verdadeira estrutura dinâmica do finito – nesta superação o finito, efetivamente é ambos finito e infinito). No meio, isto é, entre a subespecificidade inicial e a contradição especulativa-positiva conclusiva, encontramos o valor negativo da contradição. Este valor corresponde ontologicamente ao momento em que as barras da prisão imóvel da primeira visão estática e intelectualista da realidade são quebradas, a fim de desenvolver

uma visão concreta, dinâmica e abrangente sobre a estrutura da determinação em jogo.

Nesta perspectiva, a *Aufhebung* da contradição, ao invés de ser uma eliminação de contradições visadas na coerência do sistema linguístico e lógico, é o reconhecimento do valor especulativo da contradição no pensamento, linguagem e realidade. Por um lado, um pensamento capaz de abrir espaço para o valor especulativo de contradição é um pensamento capaz de compreender o dinamismo e a concretude da realidade. Por outro lado, uma linguagem que envolve vaguidade, ambiguidades e incompatibilidades, que são concretizações linguísticas de contradição especulativa do pensamento, é uma linguagem capaz de expressar o dinamismo e a concretude apreendido pelo pensamento especulativo. Precisamos apenas lembrar as famosas linhas que Hegel escreveu sobre o caráter especulativo da língua alemã:

A este respeito, a Alemanha tem muitas vantagens sobre outras línguas modernas; algumas de suas palavras possuem a maior particularidade de ter não somente diferentes, mas opostos significados de modo que não se pode deixar de reconhecer um espírito especulativo da linguagem neles: pode deliciar um pensador ao se deparar com tais palavras e encontrar a união dos contrários ingenuamente mostrados no dicionário como uma palavra com significados opostos, embora esse resultado do pensamento especulativo é absurda para o entendimento<sup>39</sup>.

A língua alemã contém palavras que possuem significados incompatíveis e as incompatibilidades semânticas não são considerados como aspectos defeituosos da linguagem, ou seja, elementos que precisam ser corrigidos. Muito pelo contrário, essas incompatibilidades semânticas são tomadas como sintomas de uma contradição que pertence principalmente não apenas ao nível linguístico, mas também ao ontológico. Tais incompatibilidades semânticas não têm que ser consideradas limites de um pensamento que não é capaz de apreender a realidade e que necessita ser feita de um modo coerente. Em vez disso, eles precisam ser aceitos pelo seu valor de antecipação em relação a um tipo de pensamento que consegue articular a estrutura concreta e dinâmica da própria realidade, abrindo espaço para a contradição.

---

<sup>39</sup> WdL I, p. 11.

Angelica Nuzzo menciona essa maneira diferente de olhar para fenômenos linguísticos como vaguidade: “outro tipo de vaguidade [...] surge como resultado. [...] Embora a continuidade do processo de determinação seja interrompida por transições dialéticas e as fronteiras estejam assim delineadas, casos limite ainda coexistem com essas fronteiras<sup>40</sup>.”

À luz desta perspectiva, a relação da dialética com a linguagem natural e o papel que a vaguidade desempenha nessa relação acaba por ser completamente diferente do definido nas interpretações semânticas da dialética que analisei. Isso não significa que é impossível desenvolver uma leitura semântica do processo dialético de Hegel. No entanto, se uma abordagem semântica é possível, tem que ser desenvolvida ao longo de um caminho não convencional e pouco ortodoxo, que é um caminho capaz de abrir espaço para vaguidade e contradição não como algo a ser removido, mas como fenômenos linguísticos especulativos capazes de expressar a concretude e o dinamismo da realidade.

*Traduzido por Tiago Porto*<sup>41</sup>

Data de Recebimento: 19/07/2013

Data de Aprovação para Publicação: 21/07/2013

---

<sup>40</sup> A. Nuzzo, *Vagueness and Meaning Variance in Hegel's Logic*, p. 76.

<sup>41</sup> Graduando em Filosofia pela PUCRS, bolsista de iniciação científica pela FAPERGS. E-mail: tgporto@gmail.com